

# Setor privado pede autonomia para a APS em Lei dos Portos

Audiência pública para revisão da legislação portuária foi realizada ontem, na Associação Comercial de Santos

BÁRBARA FARIAS  
DA REDAÇÃO

As entidades empresariais do setor portuário formaram uma coalizção e encaminharam propostas em conjunto para a revisão da Lei dos Portos 12.815/2013, durante a audiência pública realizada pela Comissão de Juristas para Revisão Legal da Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Cepertos) ontem, na Associação Comercial de Santos (ACS). Elas querem, especialmente, que a nova lei dê total autonomia para a Autoridade Portuária de Santos (APS).

A audiência foi conduzida pelo presidente da Cepertos, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Douglas Alencar, com a participação do relator-geral, o desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), Celso Ricardo Peel Furtado de Oliveira.

Compõem a coalizção a



Legislação portuária: foi o terceiro encontro público da comissão de juristas, o primeiro feito em Santos

Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), a Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) e a Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac).

Em comum, as associações querem a descentrali-

zação de competências da APS perante a União; a volta do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) deliberativo; liberdade econômica; alteração da poligonal do Porto de Santos precedida de consulta e audiência

pública; e exclusão do anúncio público e manutenção do chamamento público para as empresas privadas.

“Na essência, essas são as cinco premissas que defendemos junto com a coalizção”, afirmou o diretor-executivo da Abtra, Angelino Caputo.

O diretor-executivo da Abratec, Caio Morel, destacou que “não faz sentido que um complexo portuário como o de Santos, com mais de 80 contratos de arrendamento, tenha que ir a Brasília para cada negociação”.

O presidente da ABTP, Jesualdo da Silva, lembrou que o processo de arrendamento nos portos poderia ser mais simplificado.

A assessora jurídica da ATP, Rafaela Rocha, apontou que “a ausência de direito adquirido das empresas após a formalização dos contratos” deve ser revertida com a revisão do “Artigo 47 da Lei 10.233/2000 para que os investidores tenham

maior segurança”.

O presidente da Diretoria Executiva da ABTL, Carlos Kopitke, pediu atenção especial à estabilidade regulatória e jurídica, com previsibilidade nos contratos para atrair capital”. Opinião compartilhada também pelo diretor executivo da Abac, Luis Fernando Resano. “Como atrair capital estrangeiro ou nacional com essa insegurança?”

## TRABALHADORES

Trabalhadores portuários avulsos protestaram em frente à ACS contra o fim da exclusividade na escalação de mão de obra, defendido pelo setor patronal. O presidente do Sindicato dos Estivadores (Sindestiva), Bruno dos Santos, afirmou que sua inscrição para falar na audiência foi indeferida pela comissão.

“A nossa voz foi tirada, mas nós conseguimos uma reunião rápida com o ministro Douglas. Ele disse que irá marcar uma reunião com a gente em Brasília. O patronal vem com um projeto para quebrar a Lei dos Portos tirando a nossa exclusividade. Se nós entendermos que corremos o risco de perder os nossos direitos, vamos parar os portos de todo o Brasil”.